ALIANÇA PARA A DEMOCRACIA PARITÁRIA. A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES E HOMENS NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Confidential Confidence of the Confidence of th

ADP - Aliança para a Democracia Paritária

Resumo O texto refere o objectivo último que norteia a acção da ADP – a construção de uma democracia paritária, isto é, a busca de uma sociedade em que o princípio da paridade dos sexos seja um valor fundamental e estruturante, comportando uma nova visão dos papeis sociais de homens e de mulheres, assente na igualdade de facto e na cidadania plena. Descreve e comenta brevemente os objectivos estatutários, o tipo de acções que promove e realiza, com relevo para a actividade de lobby e de sensibilização para o valor da igualdade de género e para a necessidade da sua concretização a todos os níveis da vida social. Por fim, aponta algumas das acções de maior relevo que têm sido desenvolvidas e a cooperação instituída com outras organizações a nível nacional e internacional.

Palavras-chave paridade, democracia, cidadania feminina, igualdade de género.

Abstract

Alliance for Parity Democracy. The Participation of Women and Men in Social Organisation

The text deals with the objective that Association aims to achieve – the establishment of a parity democracy, which requires that we look for a society where the principle of parity of the sexes is a fundamental and underlying value and where the social roles of women and men are in line with the notion of gender equality and full citizenship. It describes and briefly comments the statutory objectives, the type of actions developed with emphasis on lobbying and awareness raising in regard to the value of gender equality and to the need of its implementation at all levels of social life. Finally, it indicates some of the more visible actions that have been undertaken and some aspects of the cooperation established with other national and international organisations.

Key-words parity, democracy, women's citizenship, gender equality.

Résumé

Alliance pour la démocratie paritaire. La participation des femmes et des homes dans l'organisation sociale

Le texte fait référence à l'objectif principal de l'Association – la construction de la démocratie paritaire, c'est-à-dire, la poursuite d'une société dans laquelle le principe de la parité des sexes soit une valeur fondamentale et structurante, ce qui implique une vision nouvelle des rôles des femmes et des hommes sur la base de l'égalité substantielle et de la pleine citoyenneté. Il indique quels sont les objectifs statutaires, le type d'actions entreprises, notamment l'activité de lobbying et de sensibilisation pour la valeur de l'égalité des sexes et le besoin de sa concrétisation à tous les niveaux de la vie sociale. Finalement, il fait référence à des actions plus visibles qui ont eu lieu et à la collaboration entamée avec d'autres organisations au niveaux national et international.

Mots-clés parité, démocratie, citoyenneté féminine, égalité des sexes.

Constituída por escritura de 29 de Dezembro de 1993, a *Aliança para a Democracia Paritária* é uma organização não governamental cujo objectivo principal está claramente expresso na própria denominação da organização – a construção da democracia paritária.

Significa isto que se trata de trabalhar para o estabelecimento de uma sociedade em que o princípio da paridade dos sexos em todas as áreas da vida social seja um valor fundamental e estruturante, não só das relações entre as pessoas, mas da própria organização social.

Esta organização foi constituída na sequência de múltiplos debates havidos com personalidades diversas e diversos sectores de opinião sobre o conceito de paridade dos sexos, então recentemente formulado, discutido e divulgado no âmbito do Conselho da Europa, bem como sobre o eventual contributo inovador deste conceito, para o progresso da luta pela valorização da cidadania feminina, designadamente na sua vertente de participação na vida pública e política e da visibilidade do seu contributo, em particular nos níveis e postos de decisão.

Podemos dizer que é uma noção que traz, em si mesma, uma nova visão de sociedade, bem como novos papéis para homens e mulheres, mais consentâneos com uma visão plena de cidadania, igual nos seus fundamentos para uns e para outras; novos papéis que deverão depender acima de tudo de aspirações e talentos pessoais e não de funções estereotipadas para homens e mulheres, historicamente determinadas, rígidas e limitadas.

É, certamente, uma visão que contém ainda muito de utópico e longínquo, mas que é o horizonte que a associação se propõe a si mesma como meta a alcançar.

Em termos estatutários, a *Aliança para a Democracia Paritária* tem como objectivos contribuir para:

- a) A Igualdade de Oportunidades entre os homens e as mulheres na vida familiar, profissional e na participação social e pública;
- b) A inserção das mulheres no mercado de trabalho e na vida social e política e para a inserção dos homens na organização da vida doméstica e familiar;
- c) A repartição equilibrada dos poderes doméstico, familiar e económico, financeiro, público e político entre as mulheres e os homens;
- d) As mudanças estruturais necessárias a garantir o aprofundamento da democracia à luz da paridade, por forma a que possa ter lugar uma sociedade organizada em função dos dois géneros de que a humanidade se compõe.

São objectivos de largo alcance, o que não significa que a Aliança seja uma organização de massas ou que pretenda sê-lo. Naturalmente que são bem-vindos todos os cidadãos e todas as cidadãs que se revejam nos seus objectivos estatutários, mas o objectivo prioritário da organização vai para além da sua própria

expansão, centrando-se antes nas propostas substantivas apontadas, que têm incidência em todas as esferas da vida e em todo o tipo de campos de actuação.

E como se alcançam os objectivos propostos? Qual o tipo de acções a privilegiar na óptica da organização? São ainda os Estatutos que nos orientam. Aí se diz que «a Associação promove acções, por si ou em cooperação com instâncias e organizações locais, regionais, nacionais e da União Europeia, que visem contribuir designadamente para:

- a) Dar visibilidade e revalorizar a participação das mulheres nas responsabilidades das esferas pública e política e a participação dos homens nas responsabilidades das esferas privada e doméstica;
- b) Incentivar o estudo, o intercâmbio e a formação na área da Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens, dos Direitos Humanos numa perspectiva de género e da Democracia Paritária;
- c) Promover e apoiar a divulgação de informação adaptada a vários públicos, quer através de acções de informação, quer através de medidas de acção positiva;
- d) Organizar encontros e actividades com vista à concretização de uma real igualdade de participação na vida familiar, profissional, social, pública e política entre homens e mulheres;
- e) Apresentar a quaisquer entidades, autoridades e organizações locais, regionais ou nacionais, bem como a organizações internacionais e da União Europeia propostas, projectos e recomendações, no âmbito dos fins que a Associação se propõe.

Nesta óptica, o trabalho da *Aliança para a Democracia Paritária* tem sistematicamente privilegiado as acções de sensibilização/formação e de «lobbying» de vários sectores relativamente às questões da igualdade de género, isto é, o igual estatuto, dignidade e direitos de mulheres e homens em todas as áreas da vida cívica, política, económica, social e cultural, embora no reconhecimento e respeito das diferenças que existem e que são igualmente de valorizar.

Entre as acções que têm sido promovidas contam-se encontros restritos com personalidades diversas da vida social, homens e mulheres com intervenção activa na vida cívica e política, na vida académica e na vida sindical para a sua sensibilização e debate sobre as implicações do conceito da paridade nas suas áreas específicas de actuação; elaboração de memoranda, pareceres, propostas, tomadas de posição sobre matérias em análise com reflexos na situação das mulheres e na igualdade de género; participação de representantes da organização em estudos, projectos e conferências a nível nacional e internacional; e prossecução de acções conjuntas com outras organizações, tendo em vista a criação de sinergias no alcance de objectivos comuns.

Algumas destas acções têm-se revestido de particular visibilidade, designadamente a elaboração e divulgação de uma Declaração/Manifesto sob o título

«Por uma Democracia Paritária» publicada na imprensa nacional (Jornal Público, 3 de Março de 1999) subscrita por 312 personalidades da vida nacional – política, académica, artística, sindical, dos media, etc. – em que, invocando o artigo 109º da Constituição, se requer a sua transposição para a lei, uma exigência que é feita «Em nome da Justiça, da Igualdade e da Democracia».

Uma vez mais, os grandes princípios que regem a filosofia e o trabalho da organização estão expressos na Declaração. Diz assim:

«Uma Democracia autêntica requer a participação plena de cidadãos e cidadãs em todas as áreas da vida em sociedade. Na vida cívica, económica, social, cultural e, por excelência, na vida política.

Em Portugal, todavia, a quota masculina média ao nível da decisão política é de 90% no poder central, de 94% no poder local e de 90% nas direcções dos principais partidos parlamentares!

Em Portugal a soberania do povo – das portuguesas e dos portugueses – tem um rosto predominantemente masculino.

Em Portugal, porém, as mulheres são a maioria da população, são cerca de metade da mão-de-obra remunerada, são a maioria dos quadros intelectuais e científicos, são mais de metade dos quadros técnicos da Administração Central, são dois terços dos recém-licenciados, são a maioria dos consumidores, são enfim a maioria dos contribuintes!

Em Portugal, as mulheres têm uma participação decisiva na criação da riqueza comum e no desenvolvimento e detêm preparação e experiência mais do que suficientes para assumirem responsabilidades em todos os processos de decisão.

As instâncias de poder não podem continuar a ser esmagadoramente ocupadas por homens. É um atentado à dignidade da cidadania feminina e um injusto e injustificável desequilíbrio da representação e da participação democráticas que não queremos transmitir às gerações que nos seguem».

No mesmo ano de 1999, vale a pena referir uma outra iniciativa que deu visibilidade aos objectivos e acção da Aliança. Foi a elaboração e larga difusão de uma pequena publicação intitulada «Afinal, o que é a Democracia Paritária?», tendo em subtítulo «a participação das mulheres e dos homens na organização social».

A publicação resultou, uma vez mais, de um processo participativo de discussões e debates, por vezes acalorados, em círculos restritos, sobre os conceitos da paridade e da democracia, numa óptica de direitos fundamentais, e sobre a profunda interligação destes conceitos e seu reflexo na fórmula da Democracia Paritária, que a publicação propõe, explica e defende em termos simples e coloquiais. Efectivamente, trata-se de um Argumentário sobre o que se intitula de «as perguntas mais frequentes...».

Esta publicação, cuja primeira edição rapidamente se esgotou, foi objecto, com o acordo da Aliança, de uma segunda e terceira edições pela própria Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM).

Posteriormente e na sequência dos contactos internacionais regularmente prosseguidos pela *Aliança para a Democracia Paritária*, o mesmo texto foi traduzido e editado em francês e inglês e divulgado em vários círculos internacionais, particularmente a nível europeu, designadamente em reuniões, conferências ou encontros no âmbito do *Lobby Europeu de Mulheres* e da AFEM (*Association des Femmes de l'Europe Méridionale*).

Efectivamente, desde o início da sua actividade, e de acordo com os seus princípios estatutários, foi preocupação da organização estabelecer contactos e cooperação além fronteiras com grupos e organizações prosseguindo objectivos afins. Em particular no que se refere à AFEM, a *Aliança para a Democracia Paritária* tem desenvolvido uma efectiva colaboração com esta organização não governamental criada em 1996 por representantes de cinco países da Europa do Sul, membros da União Europeia – Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal – com o objectivo de contribuir para uma Europa das Cidadãs e dos Cidadãos mais justa, mais solidária e mais respeitadora da dualidade humana à luz dos valores da cultura meridional.

Participação em estudos a nível dos cinco países e em projectos comuns desenvolvidos no âmbito dos Programas Comunitários para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, em particular na área da participação política e do acesso à tomada de decisão por parte das mulheres, têm sido alguns dos aspectos mais significativos desta colaboração.

Mas também a nível nacional, a Aliança tem prosseguido a mesma linha de estabelecimento de parcerias e integração em esforços conjuntos para o fortalecimento da cidadania feminina e o estabelecimento de uma igualdade de género, não apenas formal mas substantiva e operacional.

Nesta óptica, a Aliança, logo após a sua criação, solicitou a sua integração, efectivada em 1994, no Conselho Consultivo da então Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), agora Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), onde sempre desenvolveu uma participação activa. Mais recentemente, em Novembro de 2004, a Aliança foi uma das organizações promotoras da criação da *Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres* (PPDM), que reúne um número significativo de organizações activas e empenhadas num esforço comum na luta que, não obstante o reconhecimento formal de direitos para as mulheres, há ainda que prosseguir para a sua plena efectivação na prática da vida real. Esta Plataforma é actualmente presidida por um dos membros fundadores da Aliança.

Em síntese, a *Aliança para a Democracia Paritária*, como o próprio nome indica, prossegue a realização de uma nova visão de sociedade que a Lei fundamenta, a Justiça impõe e a Democracia exige, mas que os tempos e os costumes teimam em fazer tardar.

Maria Regina Amorim Tavares da Silva é Membro do Comité CEDAW (Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres das Nações Unidas – 2001-2008) e Membro do Comité Consultivo da Convenção Quadro sobre a Protecção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa – 2004-2008. Foi Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (Portugal) – 1986-1992, Presidente do Comité Consultivo para a Igualdade de oportunidades entre Mulheres e Homens (Comissão Europeia) – 1991 e Presidente do Comité Director para a Igualdade entre Mulheres e Homens (Conselho da Europa) – 1987-88 e 1992-93.

Ana Coucello é co-fundadora da Aliança para a Democracia Paritária. É Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, ex-vice-presidente do Lobby Europeu de Mulheres e ex-presidente da Associação de Mulheres da Europa Meridional (AFEM)..

Artigo recebido em Agosto de 2007 e aceite para publicação em Setembro de 2007.

PELA IGUALDADE NO DESPORTO: DEZ ANOS DE INTERVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA MULHERES E DESPORTO

Construction (1) (1) (Construction (1) (Construc

APMD e Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

Resumo A Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto (APMD) foi instituída legalmente em 1998 com a missão de denunciar as discriminações entre homens e mulheres no desporto e de pugnar pela sua maior participação a todos os níveis, funções e esferas de competência. Ao longo destes anos tem materializado o seu labor em cinco grandes áreas: a representação institucional, a produção editorial, o trabalho conjunto com outras ONG's, o Congresso quadrienal e os projectos financiados. Face à ausência de uma acção política pública que esbata o enorme desequilíbrio entre a participação de homens e mulheres no desporto, a APMD não esmorecerá de instar as instâncias políticas, assim como de sensibilizar e aumentar os seus parceiros para a responsabilidade social conjunta de possibilitar uma vida mais justa e mais feliz para as raparigas e mulheres, também no desporto.

Palavras-chave mulheres e desporto, associativismo, ONG, cidadania.

Abstract

Promoting Gender Equality in Sport: Ten Years of the Portuguese Association Woman and Sport

The Portuguese Association woman and sport (APMD) was legally established in 1998 under the mission of reporting discriminations between men and women in sport and struggling for a greater participation of women at all levels, tasks and competences. Since then, its concrete activity has developed in five major areas: institutional representation, editorial production, joint initiatives with other NGO's, the quadrennial congress and financed projects. Considering the lack of a public political action aimed at reducing the huge gap between the participation of men and women in sport, APMD will not diminish working its views to the political bodies, as well as raising awareness among its partners to the joint social responsibility of offering young girls and women a fairer and happier life, in sport as well.

Key-words women and sport, associations, NGO, citizenship.

Résumé

L'égalité des sexes dans le sport: dix ans d'intervention de l'Association Portugaise Femme et Sport

L'Association portugaise femme et sport (APMD) a été officiellement crée en 1998 ayant pour mission de dénoncer les discriminations entre hommes et femmes au sport et de lutter pour une participation plus forte des femmes a tous les niveaux, fonctions et sphères de compétence. Au cours de ces années, elle a concrétisée son activité dans cinq grands domaines: la représentation institutionnelle, la production éditoriale, le travail d'ensemble avec d'autres ONG, le Congrès quadriennal et les projets financés. Devant l'absence d'une action politique publique capable de réduire l'énorme déséquilibre entre la participation des

hommes et des femmes au sport, l'APMD ne réduira pas ses efforts auprès des instances politiques, et ne laissera pas d'attirer l'attention de ses partenaires, ainsi que d'augmenter de nombre de ceux-ci, pour la responsabilité sociale conjointe d'ouvrir aux jeunes filles et aux femmes la possibilité une vie plus juste et plus heureuse, et dans le sport aussi.

Mots-clé femmes et sport, associativité, ONG, citoyenneté.

1. Preliminares

Corria o ano de 1997 e um conjunto alargado de pessoas, certamente, movidas pela máxima de Karl Poper de que é importante que seja o sonho de voar que leve a que se voe e não o sonho de ganhar dinheiro, empenhava-se audazmente em dar continuidade a uma dinâmica iniciada no ano anterior em torno de práticas discriminatórias, ou marcadas por diferenças de oportunidade, entre homens e mulheres no desporto. Viviam-se os primórdios da constituição da Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto (APMD) e, por conseguinte, a assumpção de uma cidadania participativa, responsável e preocupada em debelar injustiças.

Viajemos, então, um pouco no tempo.

Em Novembro de 1996, o Movimento Democrático das Mulheres (MDM), com uma decisão inédita em Portugal, distinguiu-se por ter sido e entidade que promoveu um Congresso Internacional inteiramente dedicado à temática «Mulheres e Desporto». E porquê este interesse específico por parte de um Movimento feminista com a expressão e o historial do MDM? Tal interesse ressaltou indubitavelmente da responsabilidade social em que assenta o trabalho desta ONG com origem nos tempos adversos do regime totalitário de Salazar. Efectivamente, o desporto foi encarado pelo MDM sem preconceitos e quaisquer complexos, tendo sido assumido inteiramente como mais uma área de intervenção em defesa dos direitos das mulheres. Na base desta intervenção, não podemos escamotear a importância da existência de um documento internacional sobejamente conhecido além fronteiras e largamente difundido por organizações governamentais e não governamentais e que permanecia totalmente incógnito a nível nacional. Tratava-se da Declaração de Brighton resultante da 1.ª Conferência Mundial sobre a Mulher e o Desporto, organizada em 1994 pelo British Sport Council com o apoio do Comité Olímpico Internacional e que reuniu 280 representantes de organizações governamentais e não governamentais de 82 países.

Tendo esta Declaração constituído, em diversos países, o instrumento orientador para a implementação de estratégias, de políticas e de programas que proporcionaram e valorizaram a participação das mulheres em todas as esferas e funções no desporto, tornava-se, de facto, imperioso dar a conhecê-lo, discuti-lo e verificar o impacto dos seus propósitos entre nós. E se o MDM bem idealizou a acção a desenvolver, melhor a concretizou. O Congresso mencionado redundou num êxito assinalável, pois para além do evento em si, catalisou vontades aí desabrochadas no sentido de dar continuidade à ampla reflexão e debate suscitados.

2. A constituição da APMD e a juventude da sua década

Num cenário de grande vivacidade e alguma expectativa decorreu, em 10 Maio de 1997 a Assembleia Constituinte da futura APMD. Foi um momento marcante onde mais de 50 pessoas expuseram e discutiram os seus pontos de vista relativamente ao futuro da organização que se pretendia criar. Nem todas as matérias abordadas, e que constituiriam o suporte estrutural dos estatutos dessa associação, geraram, no imediato, consensualidade. Contudo, ao fim de um bom par de horas o compromisso organizacional associativo foi assumido e o regresso a casa foi feito com a convicção de que o ulterior trabalho voluntário associativo iria preencher muito das vidas de quem assumisse a titularidade dos órgãos sociais. Não seria, porém, encarado como fardo para quem tinha partilhado preocupações e inquietações relativas a um contexto e a uma cultura desportiva marcadas pela discriminação das mulheres e raparigas no sector desportivo, e entendia que este estado de situação tinha de ser denunciado e contrariado. E por maioria de razão, face à inoperância absoluta dos poderes públicos nesta matéria, teria de ser a sociedade civil a dar os primeiros sinais de mudança numa realidade pautada pelo conservadorismo e pelo sexismo e na qual ainda dominava a máxima absurda e anacrónica de que o desporto é feito pelos homens e para os homens.

Foi, pois com grande satisfação que se viu publicitada a APMD no Diário da República (III Série) de 26 de Março de 1998 através do extracto dos seus estatutos. Pela primeira vez, Portugal passou a dispor de uma associação sem fins lucrativos cuja missão visa denunciar e combater as discriminações e as diferentes oportunidades entre homens e mulheres no desporto, assim como pugnar pela maior participação de raparigas e mulheres no desporto a todos os níveis, funções e esferas de competência.

Os cerca de 10 anos então percorridos são naturalmente escassos para a maturidade organizacional de uma entidade associativa assente predominantemente no voluntariado e com escassos recursos materiais e financeiros para a prossecução dos seus objectivos. Contudo, apesar da juventude da APMD, esta primeira década traduz um trabalho contínuo, diversificado e intenso partilhado por mais de quatro centenas de sócios/as e estabelecido com diversas parcerias com instituições públicas e privadas das áreas do desporto e da igualdade entre mulheres e homens.

De forma sumária explanaremos as principais áreas de intervenção da APMD neste ciclo temporal, focando especificamente os resultados da sua acção e projectos envolvidos e finalizando com particular destaque num destes projectos pela sua maior abrangência e repercussão social.

2.1. Principal actividade desenvolvida pela APMD

Destacamos da actividade da APMD cinco principais âmbitos de acção: a

representação institucional, a produção editorial, o trabalho conjunto com outras ONG's, o Congresso quadrienal e os projectos financiados Vejamos cada um deles.

A. Representação Institucional

Desde 1998 a APMD fez-se representar no Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), actual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), órgão consultivo do organismo governamental para as questões da igualdade de género em Portugal. Neste âmbito tem desenvolvido uma actividade relevante na área da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, nomeadamente no trabalho conjunto com outras ONG's, em diversos grupos de trabalho e no levantamento de questões específicas na área do desporto.

Também desde a sua constituição, a APMD tem sido a entidade de contacto preferencial em Portugal de várias organizações internacionais, a saber: European Women and Sport (EWS); International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women (IAPESGW); International Working Group – Groupe International de Travail (IWG-GIT) e Women Sport International (WSI).

Sempre que a APMD é solicitada para participar em acções de formação, conferência ou colóquios relacionados com o seu âmbito de intervenção tem correspondido quer com a intervenção de elementos dos seus corpos sociais quer com a intervenção de atletas/treinadoras/dirigentes de elevado reconhecimento público.

Aquando da reforma legislativa da lei-quadro do desporto a APMD fez-se representar na Comissão de Educação, Ciência e Cultura / Subcomissão de Juventude e Desporto, para expor o seu parecer sobre a proposta de lei em debate, tendo previamente enviado o mesmo ao Sr. Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e ao Presidente do Conselho Superior do Desporto.

Desde 2006 a APMD participa igualmente no Fórum Educação para a Cidadania.

B. Produção editorial

Uma das preocupações da APMD tem sido contribuir para a produção escrita numa área tão carenciada entre nós como é a das «Mulheres e Desporto» nas suas múltiplas vertentes. Daí o esforço patenteado na publicação das actas dos seus congressos, de inúmeros artigos em revistas especializadas e genéricas e na publicação de livros.

O primeiro destes livros relevou-se como um projecto muito interessante, pois as autoras possuidoras de excelente curriculum académico dominavam a matéria abordada, o formato conseguido primou pela originalidade de ser bilingue (Português/Inglês) e a temática central – Equidade na Educação. Educação Física e Desporto na Escola – suscitou o interesse generalizado pela obra que rapidamente se esgotou. Em 2007, Mulheres e Desporto. Declarações e Recomenda-

ções Internacionais, uma colectânea de textos dos últimos 30 anos. Em 2006, a CIDM solicitou à APMD a elaboração de um número – *Deusas e Guerreiras dos Jogos Olímpicos* – que integrou a colecção Fio de Ariana.

C. Trabalho conjunto com outras Organizações Não Governamentais.

Um dos lemas da APMD é estabelecer ligações, contactos e relações com o envolvimento associativo da área do desporto e da igualdade entre mulheres e homens, como tal destacamos:

- em 2001 a parceria com a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) na edição de duas publicações: «Equidade na Educação Física e Desporto Escolar» e o número 4 da Revista Ex-aequo «Mulheres e Desporto».
- em 2002, participámos na Cimeira do Desporto, uma iniciativa da Confederação do Desporto de Portugal e do Comité Olímpico de Portugal. Caldas da Rainha. Ainda neste ano, participámos na organização do «Simposium As Mulheres e o Desporto. Participar. Desenvolver. Mudar. Inovar», realizado em Novembro, na Cruz Quebrada, numa organização conjunta da Faculdade de Motricidade Humana, UTL e do Comité Olímpico de Portugal (COP).
- no final de 2004, iniciámos uma colaboração estreita com a Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores (CPAT), com vista ao levantamento da Situação das Treinadoras em Portugal. A 1.ª fase deste trabalho foi apresentada, pela APMD, no 1.º Congresso dos Treinadores dos Países de Língua Portuguesa – «Caminhos para o Sucesso», organizado pela CPAT e realizado em Oeiras, em Junho de 2005.
- em 2005, a convite da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, duas dirigentes da APMD desenvolveram no âmbito do Projecto «De Mulher para Mulher», um trabalho de mentoras com duas jovens, na área do desporto, actividade que foi prolongada até Setembro de 2006 apenas com uma das jovens, pois a segunda desistiu do projecto por problemas pessoais.

D. O Congresso quadrienal

De quatro em quatro anos, a APMD organiza um Congresso Internacional com o objectivo de promover uma discussão alargada sobre as questões da participação das raparigas e mulheres no desporto e de dar a conhecer as linhas e resultados de investigação nesta área, quer nacionais quer internacionais.

Em 1999, o I Congresso Internacional **«Mulheres no Desporto: sem limites, sem barreiras»** realizou-se em Lisboa durante os dias 23, 24, 25 de Setembro, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), com o apoio da

Câmara Municipal de Lisboa e da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Cerca de 87 participantes discutiram as barreiras no acesso e na progressão das mulheres no desporto e as formas de ultrapassar, algumas das quais integram a **Declaração de Lisboa sobre Mulheres e Desporto – Lisboa 2003** (disponível no site da APMD, www.mulheresdesporto.org.pt).

Em 2003, o II Congresso Internacional «Mulheres e Desporto: agir para a mudança» teve lugar nos dias 5, 6 e 7 de Novembro, no Porto, numa realização conjunta da APMD e da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física, da Universidade do Porto. A realização deste congresso mereceu o apoio da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, do Instituto do Desporto de Portugal, do Comité Olímpico de Portugal, da Confederação do Desporto de Portugal, do Governo Civil do Porto, da Câmara Municipal do Porto e do British Council.

As/aos 180 participantes discutiram as causas que originam as atitudes sexistas no desporto e as soluções que as permitem prevenir e ultrapassar, algumas das quais integram a Declaração Mulheres e Desporto – Porto 2003 (disponível no site da APMD, www.mulheresdesporto.org.pt).

E. Os Projectos financiados

A APMD desenvolveu entre 2004-2006 dois projectos intitulados «**Agir para Mudar**» e «**Mais Desporto na Escola**» com financiamento europeu do Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social [Medida 4.4, tipologia 4.4.3.1].

No projecto «Agir para Mudar» o objectivo principal visou o conhecimento de casos concretos de discriminação sexista no desporto para se estabelecer pontos de partida para as acções de mediação, sensibilização e denúncia. A dificuldade em alterar esta situação, a ausência de dados sistematizados e a inexistência de medidas e acções específicas tem protelado a forma de encarar e alterar este problema, como aliás é referido no II Plano Nacional para a Igualdade.

A informação e consciencialização das práticas discriminatórias em função do sexo deverão abranger um leque alargado de pessoas, praticantes e decisores, de modo a permitir actuar na sua prevenção de forma sistemática. Dai termos envolvido diversas entidades parceiras, no sentido da sensibilização dos/as agentes dos subsistemas desportivos para a identificação e prevenção das discriminações sexistas no desporto. O projecto desenvolveu-se na área geográfica dos distritos de Braga e Porto. As entidades parceiras deste projecto foram: Câmara Municipal do Porto, Junta de Freguesia de Ramalde, Junta de Freguesia de São Pedro da Cova, Junta de Freguesia de Várzea, Federação Portuguesa de Hóquei, Associação de Ténis do Porto, Associação de Basquetebol do Porto, Associação de Futebol de Braga, Associação de Voleibol do Porto e Associação de Judo do Porto. Em estrita ligação com cada uma destas organizações foi feito o levantamento e caracterização da realidade do desporto feminino no seu seio, foram rea-

lizadas acções de debate e discussão acerca do tema em foco com diversificados agentes desportivos e foi organizado um colóquio final onde se reuniram todos os intervenientes no projecto para se compararem realidades e se elaborarem estratégias para prevenirem discriminações sexistas no desporto.

Relativamente ao outro projecto, «Mais Desporto na Escola», dada a sua relevância e repercussão sociodesportiva dedicar-lhe-emos seguidamente um espaço mais alargado.

O projecto experimental *Mais Desporto na Escola*¹, desenvolveu-se em escolas básicas de 2/3 ciclo e secundárias da área geográfica do distrito do Porto e decorreu nos anos lectivos de 2004/2005 e 2005/2006.

Sabemos o quanto é benéfico o desenvolvimento de estilos de vida activos e a importância, desde cedo, da prática de actividades desportivas nomeadamente em contexto escolar. Mas, a maioria dos estudos sobre a participação desportiva de adolescentes revela-nos que as raparigas são fisicamente menos activas que os rapazes e que esta diferença aumenta durante a adolescência. Ao analisarmos os dados relativos ao índice de participação em modalidades desportivas tanto no âmbito do Desporto Escolar (Centro de Área Educativa do Porto) como nas Federações Nacionais de modalidades com maior implantação no distrito do Porto, constatamos uma tendência para uma menor participação feminina e uma elevada percentagem de abandono precoce da prática desportiva por parte das raparigas.

Cientes que para a maioria das raparigas a escola constitui a única oportunidade de prática desportiva organizada, afigurou-se como imprescindível agir nesse âmbito com a intenção de promover reflexões e mudanças nas atitudes e comportamentos, de modificar processos e situações e aprendizagem de modo a promover a igualdade entre raparigas e rapazes nas actividades desportivas.

O projecto visou cativar e motivar as raparigas para a continuidade da prática desportiva regular e organizada, apresentando como objectivos específicos: (1) contribuir para a diminuição do abandono desportivo precoce das raparigas; (2) sensibilizar professores/as, dirigentes associativos e eleitos/as das autarquias para as questões de igualdade de oportunidades na participação desportiva; e, (3) divulgar e disseminar práticas não sexistas (boas práticas) de dinamização e animação desportiva em meio escolar. Foram envolvidos no projecto 2.529 alunos e alunas do 7.º ao 12.º ano (que participavam em regime voluntário), 118 docentes (52 professores e 66 professoras) de Educação Física, 31 atletas de alta competição, eleitos locais, dirigentes associativos desportivos e um jornal desportivo. No decorrer das actividades foram ainda estabelecidos contactos com

O projecto enquadrou-se nos objectivos da medida 4.4 das POEFDS, estando inscrito na área temática Cultura, Saúde e Desporto e nas estratégias Informação e Sensibilização para a promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (IS) e Intervenção Comunitária e Desenvolvimento para a promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (ICD)

outras pessoas responsáveis de entidades não governamentais, técnicos de autarquias locais e da estrutura do Desporto Escolar. Foram desenvolvidas parcerias com 7 escolas (EB 2/3 e ES) do distrito do Porto, destacando-se a abertura e o interesse revelados pelos diferentes Conselhos Executivos e Conselhos Pedagógicos e o apoio nas diferentes actividades desenvolvidas no âmbito do projecto. E também de salientar a dinamização por parte dos docentes na sensibilização dos Grupos de Educação Física para a problemática do tema «A igualdade de oportunidades na participação desportiva», ficando estabelecido que, em todas as actividades organizadas pelo Grupo Disciplinar, seriam dadas as mesmas oportunidades de participação aos rapazes e às raparigas, e, nalguns casos, seriam mesmo realizados programas de sensibilização no sentido de aumentar a participação das raparigas. O empenho e actuação dos/as diferentes dinamizadores/as, promoveu uma elevada adesão de alunas e alunos, que, saliente-se, aderiam ao projecto em regime extracurricular e voluntariamente. Esta dedicação traduziu-se num conjunto de actividades propostas pelas/os jovens que excederam as expectativas iniciais, nomeadamente em relação à quantidade de pessoas (discentes, docentes, encarregadas/os de educação) que nelas participaram e ao tipo de estratégias desenvolvidas.

Ao longo dos dois anos lectivos foram realizadas diversas actividades de dinamização e sensibilização (Acção 1) dirigidas aos vários públicos alvo, com destaque para as dirigidas a alunas e alunos das escolas parceiras e que estão vertidas no manual *Despertar para a Igualdade Mais Desporto na Escola*.

Foi constituída uma Rede de Tutoria Desportiva (Acção 2) sendo possível realizar diversas acções de contacto entre atletas de alta competição e alunas/alunos, e de debates para compreender a importância da igualdade no desporto e reflectir sobre a desigualdade na utilização das instalações desportivas e horários de treino, ou nos apoios concedidos e prémios atribuídos. A percepção e descoberta destes indicadores (no âmbito das Acções 1 e 2) geraram planos de actuação colectiva de alunas e alunos envolvidas.

As actividades desenvolvidas no âmbito deste projecto foram realizadas para trabalhar as questões da igualdade a partir da participação e do trabalho em grupo. A sensibilização de rapazes e raparigas para a igualdade nas actividades desportivas constituiu, por isso, um acto educativo, com uma intervenção pedagógica faseada três momentos que pretendiam: (1) descobrir e pensar sobre o que nos rodeia, (2) conhecer outros exemplos e reflectir sobre o que ouvimos, e (3) actuar para transformar algumas práticas da escola. No primeiro momento, as actividades procuraram responder a questões como: «os jornais desportivos tratam da mesma forma as mulheres e os homens atletas?» «Porque é que as nossas mães fazem pouco desporto?» «Quais são os desportos que o maior clube da nossa cidade tem para as raparigas?» «Quais os desportos que as raparigas podem praticar no nosso concelho?».

No segundo momento (com a intenção de conhecer outros exemplos e reflectir sobre o que ouvimos) as questões levantadas e os objectivos das activida-

des foram inovadores e pertinentes, como por exemplo: «quem são as atletas da nossa terra?» no sentido de descobrir a diversidade de desportos em que se distinguem as atletas portuguesas e desfazer mitos sobre a inaptidão desportiva das mulheres para alguns desportos; «e se convidássemos uma atleta olímpica para nos falar da sua experiência?» para conhecer as heroínas do nosso desporto e consciencializar para as situações de desigualdade e discriminação; «porque é que as raparigas da nossa escola não fazem desporto?» de forma a motivar as raparigas para serem fisicamente activas e conhecer as principais razões que afastam as raparigas das actividades desportivas.

No último momento, passou-se para formas de intervenção no sentido de transformar algumas práticas na escola, tendo sido possível alterar as normas de organização dos torneios, eliminar e aumentar a participação das raparigas nas actividades desportivas. Foram várias as actividades com este objectivo, entre as quais: *a comemoração do Dia Internacional da Mulher* – conhecer o significado deste dia, valorizar as mulheres atletas enquanto símbolos de identificação positiva, organizando, para esse efeito, uma exposição para toda a escola; *desigualdades nas práticas desportivas na escola* – conhecer a forma como estão organizadas as actividades desportivas na escola, promover o aumento e valorizar a participação das raparigas nos eventos desportivos na escola e intervir para modificar as situações de desigualdade identificadas.

Esta forma de intervenção colectiva de alunas e alunos conduziu a uma dinamização de toda a escola e possibilitou uma efectiva mudança de atitudes e comportamentos de alunas e alunos face às práticas desportivas, que pensamos irá perdurar, em alguns casos tendo levado à criação de clubes que pretendem supervisionar situações de desigualdade na escola e promover acções de sensibilização para uma maior intervenção das raparigas e mulheres na sociedade.

O Seminário Final de Avaliação e Apresentação de Resultados designou-se «Despertar para a Igualdade» e constituiu um momento fundamental de reflexão sobre o decorrer de todo o projecto. Foi ainda realizado um convívio desportivo, dirigido a alunas e alunos que integraram este projecto, nas praias de Leça da Palmeira (Matosinhos) e no qual estiveram presentes mais de 500 participantes.

A APMD estabeleceu uma parceria com o Jornal «O Norte Desportivo» que, durante 5 semanas, publicou artigos da autoria de docentes e discentes sobre as actividades desenvolvidas em cada escola. Produziram-se ainda materiais de divulgação do projecto, que estão incluídos no site da APMD (www.mulheresdesporto.org.pt).

A edição do manual "Despertar para a Igualdade Mais Desporto na Escola" constituiu, para o grupo de trabalho, o momento mais alto de reflexão sobre as práticas e experiências realizadas ao longo dos dois anos de execução do projecto. Este manual é o primeiro instrumento sobre esta temática no nosso país e constitui um precioso auxiliar para o corpo docente para a introdução do tema nas escolas.

O resultado da dedicação e do empenho de toda a equipa de trabalho inter-

veniente reflectiu-se no êxito das diversas acções realizadas que, sabemos, mantém-se para além dos resultados associados ao desenvolvimento do projecto. Vários docentes estão actualmente, com base nas propostas de actividades e recomendações do manual, a desenvolver projectos com iguais objectivos, o que atesta a importância da problemática e a imperiosidade de actuação.

3. Nota conclusiva

Deliberadamente dedicamos um espaço alargado ao último projecto referenciado dado que foram experimentadas orientações e práticas muito concretas que neste momento poderiam ser amplamente disseminadas e replicadas em outras zonas do território nacional.

Estamos convictas que este tipo de actuação junto das escolas básicas e secundárias, pelos motivos já focados, seria um dos meios mais benéficos para a consciencialização dos problemas que afectam a participação de raparigas e mulheres no desporto e que permitiriam a capacitação e tomada de decisão para a superação de muitos deles.

Contudo uma associação com as características da APMD tem, naturalmente, limitações estruturais que não lhe permitem manter a continuidade deste tipo de projectos e de outros, pelo que acções subsequentes desta envergadura, tão necessárias, só serão possíveis se entidades como o Ministério da Educação ou Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, entre outras, colaborarem com a APMD. E, inacreditavelmente, tem sido junto das instâncias políticas que os nossos esforços têm sido mais inglórios.

Nesta primeira década o balanço realizado da actividade da APMD é francamente positivo face aos resultados do trabalho realizado, independentemente das fases de maior cansaço devido ao acumular das muitas responsabilidades e tarefas dos/as que se dedicam de forma totalmente voluntária à causa das Mulheres e Desporto.

O facto de ter colocado na «agenda desportiva» uma matéria que era sucessivamente ignorada, ter denunciado e problematizado situações discriminatórias sexistas no desporto consideradas até então «naturais», e fundamentalmente ter contribuído para a mobilização de milhares de mulheres e homens, raparigas e rapazes, e centenas de organizações públicas e privadas não apenas do sector do desporto, no sentido da promoção de uma cultura desportiva mais participativa, mais democrática e mais justa, legitimam a existência da APMD, redobram a sua responsabilidade social pela continuidade do trabalho iniciado e atestam o exercício de uma cidadania responsável de todos/as aqueles/as que lhe dão vida e a engrandecem.

Maria José Carvalho é Vice-Presidente da Assembleia-geral da APMD e Assistente da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Contacto electrónico: mjc@fade.up.pt

Paula Silva é Vice-Presidente da Direcção da APMD e Professora Auxiliar da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. É autora de livros e diversos artigos no âmbito da temática das Mulheres e Desporto. Contacto electrónico: psilva@fade.up.pt

Artigo recebido em Agosto de 2007 e aceite para publicação em Setembro de 2007.